

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Deputado Mendes Bota

No passado dia 23 de agosto, o consultor do Governo, António Borges, anunciou que o futuro da RTP, S.A. poderia passar pelo encerramento da RTP 2 e pela concessão da RTP 1 a privados, informações entretanto confirmadas pelo Primeiro-Ministro.

Pese embora nada estar ainda definido, o certo é que estas notícias foram acolhidas pelas mais diversas estruturas, incluindo no seio interno da RTP, S.A. com alguma surpresa e sobretudo incompreensão, tendo em conta que esta medida poria em causa o serviço público de rádio e televisão a que a mesma se encontra adstrito e que, aliás, constitui um preceito constitucionalmente consagrado.

Com efeito, o próprio Conselho de Administração (CA) da RTP, S.A. criticou publicamente esta posição do seu maior acionista, o Estado, considerando que o motivo económico não vinga visto que se encontra em execução o Plano de Sustentabilidade Económica e Financeira da empresa que vai permitir uma nova baixa dos custos operacionais e que tem para este ano um valor projetado de 235 milhões de euros.

O facto do próprio CA se ter manifestado contra esta posição governamental levantou muitas críticas e culminou ainda hoje, 31 de agosto, com a apresentação do seu pedido de demissão, após uma reunião com o ministro-adjunto e dos assuntos parlamentares, Miguel Relvas, que foi entretanto aceite pelo Governo.

Neste sentido, tendo em conta o cenário atual e a necessidade do Parlamento receber todos os esclarecimentos atinentes a esta matéria, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer a audição do demissionário Conselho de Administração da RTP, S.A. para aferir sobre os reais contornos que levaram a esta decisão.

Assembleia da República, 31 de Agosto de 2012

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO	
CPECC	
N.º ÚNICO	<u>441104</u>
ENTRADA /	N.º <u>426</u> DATA <u>03/09/12</u>

Os Deputados

Manuel Seabra

Inês de Medeiros